

Mortes de jovens associadas à violência: indício de impunidade

Marcelo Batista Nery*

A violência é uma preocupação cotidiana dos moradores da cidade de São Paulo. Atos de abuso e brutalidade são muito comentados entre os paulistanos, especialmente quando abordados por mídias como rádio e televisão. Com relação ao uso e à venda de drogas ilícitas, por exemplo, as informações veiculadas por essas mídias propalam a presença de adolescentes em organizações criminosas de tráfico, em particular quando esses são vítimas ou autores de assassinatos.

Observa-se a junção de duas grandes preocupações sociais: as atitudes dos jovens e os atos violentos. Entretanto, se se afirma serem essas importantes inquietações da sociedade, por que grande número de jovens é vítima de homicídios? Além disso, por que essas mortes acontecem repetidas vezes nos mesmos âmbitos?

As análises dos mapas de densidades de ocorrências de homicídios dolosos de jovens evidenciam a grande disparidade das concentrações de homicídios em São Paulo, com expressiva variação entre as baixas e as altas densidades. Assim, revelam-se localidades gravemente violentas e outras distintamente pacíficas.

Como era de se esperar, a violência não respeita limites político-administrativos. Na avaliação das superfícies interpoladas dos mapas, destaca-se, pela violência, em 2000, uma região contígua da zona Norte do Município de São Paulo. Este espaço que compreende a parte sul do distrito de Brasilândia, estendendo-se pelo norte do distrito de Limão e pelo centro de Cachoeirinha, ressaltando-se, ainda, um ponto próximo ao centro de Vila Medeiros.

Observam-se, no mesmo ano, grandes concentrações de ocorrências na zona Leste, onde sobressaem o centro de Ermelino Matarazzo, do Itaim Paulista e mais duas áreas.

A primeira se estende pela parte sul do Jardim Helena, Vila Curuçá, Lajeado, sul de Guaianases e norte de José Bonifácio e de Itaquera. A segunda compreende grande parte de Sapopemba, São Mateus e São Rafael. Ademais, na zona Leste, chamam a atenção a parte norte de Sacomã e uma região na fronteira deste distrito com Cursino.

Na zona Sul, distinguem-se a parcela sul de Jabaquara e Cidade Ademar, o norte do Grajaú, a porção noroeste do território do Capão Redondo e o norte do Jardim São Luís e do Jardim Ângela de forma adjacente às áreas onde esses distritos fazem fronteira com o Capão Redondo. Por fim, nota-se também as altas densidades de homicídios de jovens na região central de São Paulo, abrangendo porções sul dos distritos da Sé e República e do Jardim Paulista e Bela Vista, mais ao norte.

No decorrer do tempo depara-se com a importante redução das densidades dos homicídios em toda a capital paulista, assim como se verifica a existência de padrões espaço-temporais. A acentuada suavização das concentrações reflete a tendência de queda dos homicídios registrados em São Paulo desde 1999. Além disso, tanto as áreas com menor recorrência de homicídios como aquelas onde repetidas vezes ocorrem mortes intencionais tendem a manter uma condição análoga. Em 2005, encontram-se ainda altas densidades na Brasilândia (zona Norte) e na fronteira entre Jardim Ângela e Capão Redondo (zona Sul). Outrossim, as áreas que no início do período expunham altas densidades, mais recentemente apresentam destacada recorrência de mortes. Nota-se que existem lugares que durante todo o período 2000-2005 não houve um único homicídio juvenil, enquanto certas regiões apresentam múltiplos homicídios todos os anos, o que se entende como um claro indício de impunidade.

*Sociólogo e tecnólogo, mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência e assessor de projetos do Instituto São Paulo Contra a Violência.

Certamente existem diversos fatores ligados a essa impunidade. Não obstante, o que se pode dizer especificamente sobre a vinculação entre adolescentes e repetição de transgressões às leis? Nesse momento, torna-se crucial a percepção sobre as relações dos jovens com o poder público, os agentes de segurança pública e a comunidade.

A existência de equipamentos públicos reflete, em certo grau, as políticas sociais praticadas em uma região e destaca a presença do poder público. Se não se pode afirmar causalidade entre investimento público e violência, a presença do poder público, de forma genérica, é crucial na melhora da infra-estrutura local e no desenvolvimento de atividades sociais. Também não se pode estabelecer uma relação causal entre a existência de espaços de cultura, lazer e esporte e a inibição de atos violentos, mas é inegável que a baixa instrução e a ociosidade aumentam a vulnerabilidade dos jovens ao uso de drogas e à cooptação pelas organizações criminosas. Ao mesmo tempo, fatores que ampliam os espaços de aprendizagem, convivência e entretenimento, habitualmente, fortalecem a compreensão dos jovens sobre a realidade em que estão inseridos e sobre os seus direitos e deveres.

No que diz respeito à inter-relação dos adolescentes com os agentes de segurança pública, deve-se observar a dinâmica social que afeta os dois grupos. Muitos homicídios são fruto de conflitos interpessoais¹ entre jovens. Essa imagem, confirmada pelos dados estatísticos, quando se materializa em forma de exclusão, não poderia levar os agentes públicos a intuir que o problema da criminalidade poderia ser creditado à má índole de algumas pessoas com certas características (pobreza e juventude, por exemplo)? Concomitantemente, jovens relatam terem sido discriminados por policiais e descrevem a abordagem da polícia como intimidante, ameaçando incriminá-los. Esse fato não poderia levar os jovens, como grupo social, a apresentarem uma marcada aversão às instituições de segurança pública, àquilo que elas representam e a seus representantes?

Não é difícil encontrar na periferia de São Paulo jovens que relatam ter sido revistados e agredidos verbalmente, e até mesmo fisicamente, por agentes de segurança pública. Respectivamente, é comum que policiais tenham razões para criticar ações de jovens ou até para temer alguns deles. Dessa forma, acredita-se em respostas positivas para as duas perguntas anteriores.

É fato que muitos jovens se envolvem em conflitos, mas também é fato que o fácil acesso a drogas e a armas de fogo contribui para a ocorrência de mortes provocadas por motivo fútil ou perda do autocontrole emocional. Se cabe ao poder público coibir crimes como o tráfico, cabe à sociedade prevenir para que seus jovens não se envolvam com o crime. Deste modo, somos levados a refletir sobre mais um dos principais fatores que parecem estar vinculados às grandes concentrações de homicídios dolosos de jovens em determinadas regiões: a comunidade como espaço de formação, reflexão e ação cívica.

As débeis participação política e cooperação social dos jovens, que se tornam cotidianas principalmente em contextos de pobreza, exclusão social e desemprego, são decisivas no enfraquecimento da pressão social pela elucidação dos crimes. Neste quadro geral, evidencia-se o desconhecimento das pessoas, principalmente das mais imaturas, sobre como exercer sua cidadania. Os jovens não têm ciência exata de como cobrar a apuração de casos de violência que sofrem e faltam a eles relações pessoais e intercâmbios sociais que os coloquem em uma rede de cooperação e solidariedade e lhes apresentem uma cultura política participativa e a condição para a intervenção na realidade que os cerca.

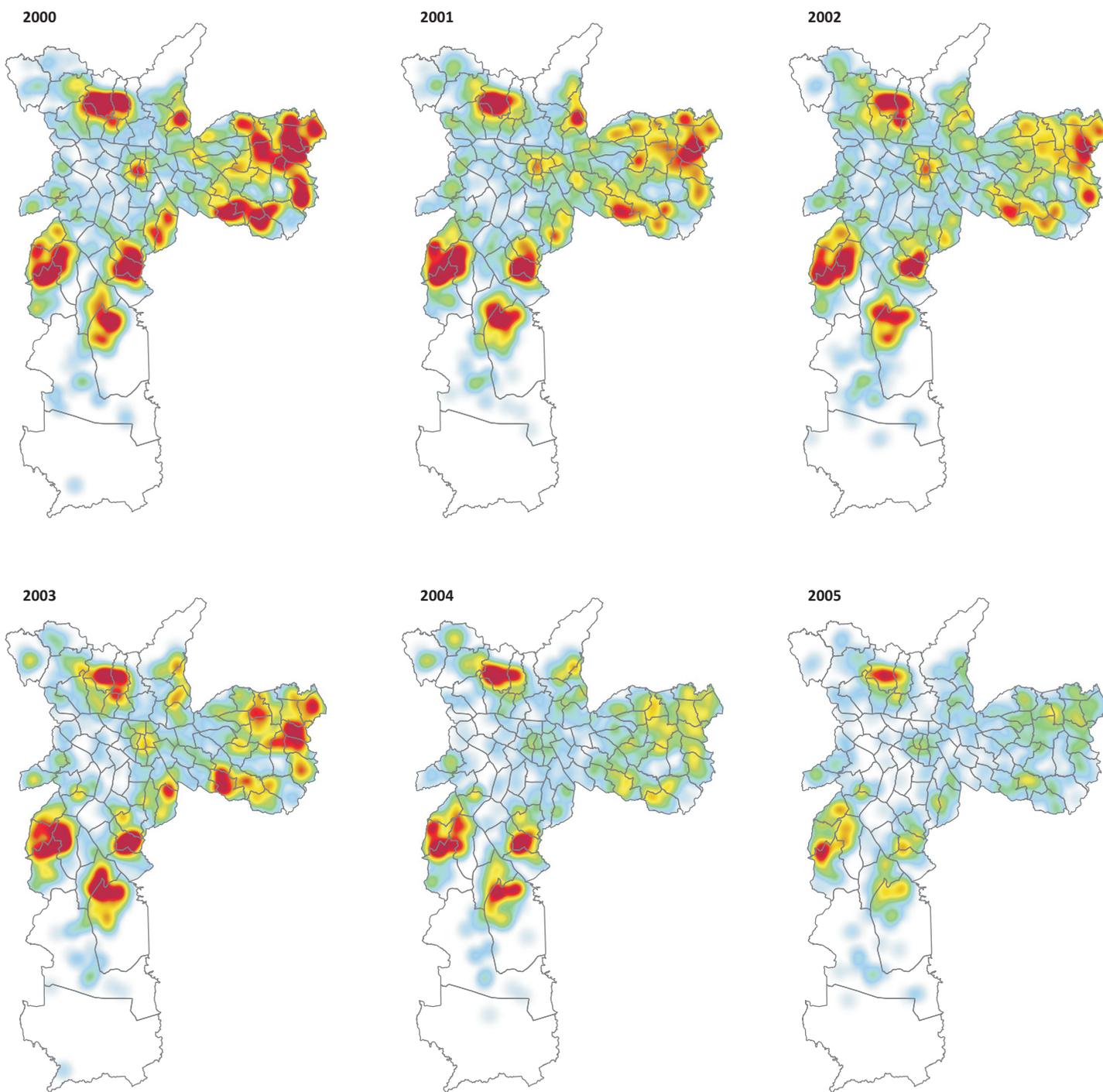
Portanto, torna-se fundamental promover um comportamento participativo, pois tal ação habitualmente está vinculada a uma maior capacidade de inserção política e social da população local e, conseqüentemente, a uma melhor articulação entre sociedade civil e poder público e a uma menor impunidade. Condições capazes de salvar a vida de muitos de nossos jovens.

Notas

(1) Situações de interação social que culminam em desacordo, confronto, agressão, etc.

Mortes por agressão de jovens de 15 a 24 anos

2000 a 2005



Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade-PRO-AIM.





Área da antiga Casa de Detenção do Carandiru, atual Parque da Juventude.